



**RELATÓRIOS**





# LEVANTAMENTO HISTÓRICO DAS COMUNIDADES DE REMANESCENTES DE QUILOMBOS SANTA QUITÉRIA E ITACOÃZINHO, ACARÁ, PARÁ, BRASIL

**Kamilla Sastre da Costa**  

Doutoranda PPGSA/UFPA

**Wagner Fernando da Veiga e Silva**  

Inside Consultoria Científica

**Felipe Carlos Damasceno e Silva**  

Mestrando PPGA/UFPA

submissão: 14/04/2021 | aprovação: 06/08/2021

## RESUMO

Nesta pesquisa, buscamos evidenciar o processo de ocupação do território onde se situam as comunidades de remanescentes de quilombos Santa Quitéria e Itacoãzinho, Acará, Pará e como os moradores percebem as suas vivências no local. Para isso, focamos nas narrativas dos sujeitos da pesquisa, adquiridas por meio de entrevistas e complementamos com alguns dados cartográficos e acadêmicos acessados. Em suma, observamos que os dados obtidos por meio da pesquisa podem subsidiar a elaboração de políticas públicas para as populações da região em estudo.

Palavras-chave: História Oral; Vivências; Território.

### **HISTORICAL SURVEY OF SANTA QUITÉRIA AND ITACOÃZINHO (ACARÁ-PARÁ-BRASIL) QUILOMBO REMNANT COMMUNITIES**

#### ABSTRACT

In this research, we seek to evidence the process of territorial occupation where the remnant quilombo communities of Santa Quitéria and Itacoãzinho - Acará - Pará are located, and how its residents perceive their local experiences in regards to these sites. To achieve this, we focus on the narratives of the research subjects acquired through interviews, complemented by cartographic and academic data accessed. In short, we observed that the data obtained through research can support the development of public policies for the populations of the studied region.

### **ESTUDIO HISTÓRICO DE LAS COMUNIDADES DE LA GAMA KILOMBOL SANTA QUITÉRIA E ITACOÃZZINHO - ACARÁ - PARÁ - BRASIL**

#### RESUMEN

En esta investigación, buscamos evidenciar el proceso de ocupación del territorio donde se encuentran las comunidades de quilombos remanentes Santa Quitéria e Itacoãzinho - Acará - Pará y cómo los residentes perciben sus experiencias en el lugar. Para ello, nos centramos en las narrativas de los sujetos de investigación adquiridos a través de entrevistas y complementamos con algunos datos cartográficos y académicos accedidos. En resumen, observamos que los datos obtenidos a través de la investigación pueden apoyar el desarrollo de políticas públicas para las poblaciones de la región estudiada.

Keywords: Oral History; Experiences; Territory.

Palabras Clave: Historia Oral; Experiencias; Territorio.

## INTRODUÇÃO

A presente pesquisa foi realizada nas comunidades de remanescentes de quilombos Santa Quitéria e Itacoãzinho, Acará, Pará, no segundo semestre do ano de 2019, no âmbito do *Programa de valorização ao patrimônio histórico e cultural das comunidades quilombolas Santa Quitéria e Itacoãzinho, Acará, Pará*, ligado aos estudos para implantação de uma linha de transmissão de energia elétrica, que ocorreu a pedido do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional no estado do Pará (IPHAN/PA), o que demandou inicialmente a realização de um levantamento bibliográfico sobre o contexto territorial descrito, tendo como finalidade identificar aspectos culturais e históricos a respeito da formação social da região do baixo Acará (PA).

Dando sequência, acessamos alguns dados cartoriais importantes para subsidiar nossas análises – as cartas de sesmarias armazenadas no Arquivo Público do Pará (APEP). Além disso, optamos por realizar uma pesquisa de campo de caráter qualitativo, valorizando as fontes orais dos moradores das referidas comunidades, por meio de entrevistas semiabertas e/ou conversas informais, pois concordamos com Marin e Castro (2009:77) quando afirmam que “[...] as narrativas dominam nos estudos sobre comunidades negras rurais”.

No que se refere às comunidades negras ou comunidades de remanescentes de quilombos, os antropólogos têm tido um papel fundamental ao incorporar novas dimensões de análises que levam em consideração o ponto de vista dos grupos sociais, direito constitucionalmente garantido (O’Dwyer 2010). Sendo assim, os conceitos cunhados na Antropologia como etnicidade, e as próprias reflexões sobre a pesquisa etnográfica e as diferenças culturais, possuem uma significativa importância na vigência e aplicação destes direitos promulgados pela Constituição Federal de 1988, afinal, não se tratam de grupos isolados e homogêneos.

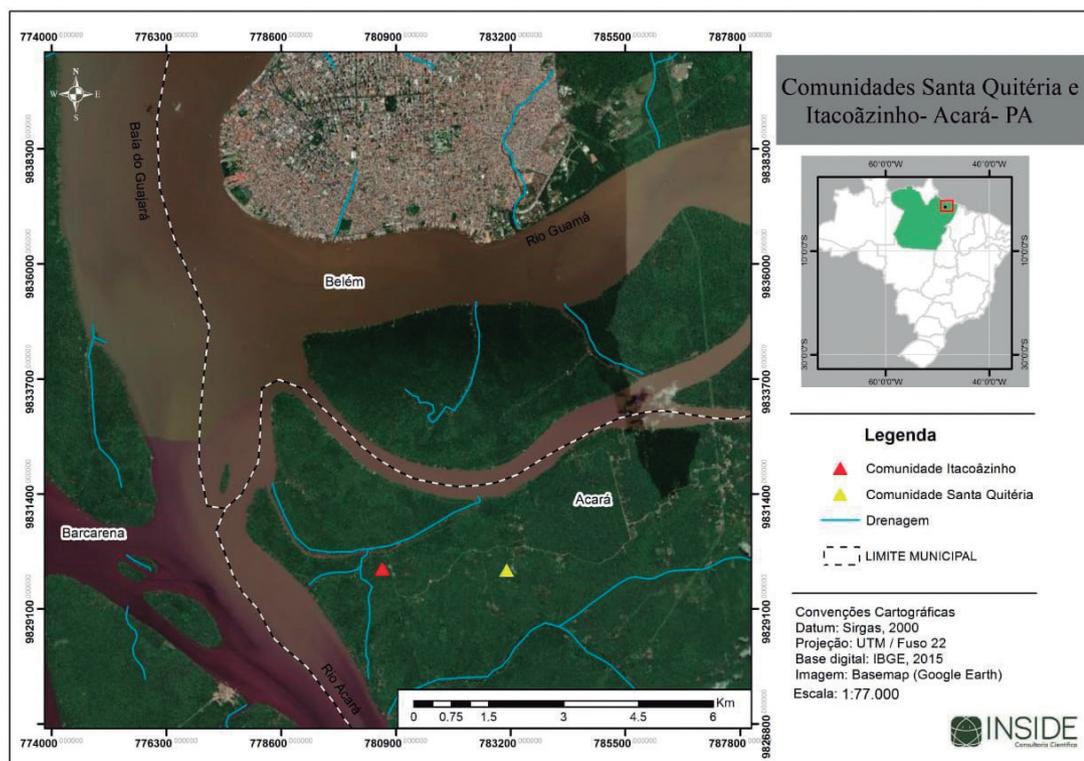
A História Oral como referencial teórico-metodológico, dentro da abordagem qualitativa, apresenta-se como ferramenta de suma importância para pesquisas em ciências da humanidade com comunidades tradicionais, visto que ela devolve a história às pessoas em suas próprias palavras. E, ao lhe dar um passado, ajuda-as também a caminhar para um futuro construído por elas mesmas (Thompson 1998).

A respeito do papel do pesquisador, Portelli (1997) pontua a importância da manutenção de uma postura ética nos contatos humanos, mais especificamente nas experiências de trabalhos de campo, como imprescindível no exercício da pesquisa em ciências humanas. Portanto, longe de tratar os sujeitos desta pesquisa como

meros “objetos”, reconhecê-los enquanto sujeitos históricos e culturais demanda um exercício de aprendizado diário através do “olhar, ouvir e escrever”, faculdades que Cardoso de Oliveira (2000: 13) outrora já identificava como cruciais ao trabalho de campo do antropólogo. Como forma de documentar nossas vivências em campo também foram feitos registros fotográficos e anotações em diário de campo.

Situadas à margem direita do rio Moju, na região do baixo Acará, no município paraense do Acará, as comunidades de remanescentes

de quilombos Santa Quitéria e Itacoãzinho são limítrofes entre si e também fazem fronteira com a várzea do igarapé Urucuriteua, comunidade de Genipaúba, duas propriedades privadas; e com a margem do igarapé Maracujá – principal via fluvial utilizada pelos comunitários para acesso a outras localidades. O deslocamento terrestre dos comunitários é feito por ramais que as ligam à rodovia PA-483 (Alça Viária). Em linha reta, as comunidades estão a aproximadamente 7 km de distância da cidade de Belém, capital do estado do Pará.



Mapa 1 - Localização das comunidades Santa Quitéria e Itacoãzinho, em Acará, Pará.

Fonte: Inside Consultoria, 2020.

## **1 AS COMUNIDADES DE REMANESCENTES DE QUILOMBOLOS DO BRASIL: RESISTÊNCIA E LUTA PELO TERRITÓRIO**

O processo de formação dos quilombos tem sua origem no período correspondente ao sistema escravocrata (entre os séculos XVI e XIX), no qual homens e mulheres escravizados criaram mecanismos de resistência às opressões e elaboraram estratégias de sobrevivência diante das violências sofridas. Nesse sentido, a fuga foi o recurso mais utilizado por pessoas escravizadas para escapar da escabrosidade do cativeiro, e foi justamente o ajuntamento desses escravos fugitivos que constituiu a formação dos quilombos no Brasil.

As motivações de organização dos quilombos eram diversas. Além da partilha do desejo pela liberdade, havia os sentimentos comuns de insatisfação, as dores, os ressentimentos, as trocas mercantis e a própria rebeldia individual em relação aos castigos, ensejava seus interesses pela fuga. Tudo isso os unia a um mesmo ideal: ser livre. Alguns escravos também mantinham relações com seus senhores após a fuga, dessa forma, salientam Marin e Castro (2009), esses processos de fuga e inserção dos trabalhadores escravizados não podem ser analisados a partir de modelos prontos e fechados, não se encaixando nem mesmo em um único modelo.

O movimento de fuga era em si uma negação da sociedade colonial, essa que oprimia e subjugava a vida de seres humanos, negando-os a dignidade e eliminando suas línguas, costumes e tradições; o quilombo, por sua vez, era a reafirmação da cultura e estilo de vida oriundos do seu continente de origem – a África (Carneiro 1958).

O quilombo foi, portanto, um acontecimento singular na vida nacional, seja qual for o ângulo por que o encaremos. Como forma de luta contra a escravidão, como estabelecimento humano, como organização social, como reafirmação dos valores das culturas africanas, sob todos estes aspectos o quilombo revelase como um fato novo, único, peculiar, - uma síntese dialética (Carneiro 1958: 24).

Compreender a questão que constitui o processo de formação de quilombos no Brasil é buscar apreender a nossa própria história, história da luta política de sobrevivência da nossa população negra. Os conflitos por territórios invadidos ou ocupados durante o processo colonial permanecem até os dias de hoje (Leite 2000). Em todo o território nacional, comunidades negras reivindicam o reconhecimento legal, o direito à permanência nessas áreas de cultivo e cultura diaspórica forte, além da valorização de seus saberes e tradições.

Sabe-se que mesmo após a abolição da escravidão, em 1888, negros e negras continuaram à margem da sociedade, invisibilizados e ignorados

pelo Estado brasileiro, e pouco mudou quanto à estrutura segmentária e desigual existente. Houve urgente necessidade de mobilização e organização política por parte desses sujeitos, muitas vezes isso se dava tanto por meio das fugas ou na permanência nas áreas que ocupavam e cultivavam no interior das grandes propriedades.

Como afirmam Marin e Castro (2009):

Termos como quilombos, remanescentes de quilombos e comunidade negra passam a formar parte do universo discursivo dos grupos estudados, produzindo ao mesmo tempo elementos de autodefinição e formas de representação, ou uma espécie de autoconhecimento para a afirmação étnica. A criação dessa representação em termos políticos não é fácil e nem homogênea, pois há uma multiplicidade de identidades e situações que são transitivas no sentido de que esses mesmos indivíduos e grupos reconhecem-se em âmbitos diversos de inserção nos espaços de poder (Marin & Castro 2009:75).

Existem comunidades remanescentes de quilombos em diferentes lugares do Brasil e em sua maioria se encontram na zona rural, não obstante um número considerável se localiza em áreas urbanas. O Pará, especificamente, é um dos estados brasileiros que possui maior quantidade de comunidades quilombolas em seu território. Até 2015, 233 comunidades dessa natureza eram reconhecidas pelo governo federal por meio de certidão de autorreconhecimento expedida pela

Fundação Cultural Palmares (FCP). O estado do Pará também tem o maior número de terras quilombolas tituladas pelo Estado brasileiro, com 57 títulos expedidos pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e pelo Instituto de Terras do Pará, o Iterpa (Movimento regional por la tierra 2017).

[...] o termo “quilombo” tem assumido novos significados na literatura especializada e também para grupos, indivíduos e organizações. Ainda que tenha um conteúdo histórico, o mesmo vem sendo “ressemantizado” para designar a situação presente dos segmentos negros em diferentes regiões e contextos do Brasil. Definições têm sido elaboradas por organizações não governamentais, entidades confessionais e organizações autônomas dos trabalhadores, bem como pelo próprio movimento negro. Um exemplo disso é o termo “remanescente de quilombo”, instituído pela Constituição de 1988, que vem sendo utilizado pelos grupos para designar um legado, uma herança cultural e material que lhes confere uma referência presencial no sentimento de ser e pertencer a um lugar e a um grupo específico (O’Dwyer 2010: 36).

É importante frisar que o direito dos quilombolas a terra exige do poder público a manutenção da organização social e a salvaguarda da cultura dessa população, o que requer respeitar os modos de fazer, criar e viver de tais comunidades (Andrade & Trecani 2000), valorizando o saber local, a diversidade sociocultural e étnica e a pluralidade de formas de ocupação e cultivo da terra, que são distintas e heterogêneas.

## 2 BREVES APONTAMENTOS SOBRE O PERÍODO ESCRAVOCRATA NO BAIXO ACARÁ (PA)

A formação do campesinato no Vale do Acará tem início na antepenúltima década do século XVIII, na qual os administradores coloniais incentivaram sesmeiros da região à exploração de madeiras de lei. Para essa atividade, eram utilizados como mão de obra os trabalhadores indígenas (Marin & Castro 2009). As cartas de sesmarias tinham como finalidade a concessão nominal de terras para o avanço da colonização frente às áreas ainda não exploradas. A primeira carta de sesmaria concedida pela administração colonial no baixo Acará ocorreu no ano de 1707, tendo como beneficiário João Ferreira Ribeiro (Marin 2000).

Em levantamento no Apep, acessamos a coleção de livros *Iterpa Sesmarias* (Iterpa 2010). Na ocasião, buscamos evidências históricas a respeito da ocupação do território em que hoje estão situadas as comunidades de remanescentes de quilombos Santa Quitéria e Itacoãzinho, mas não obtivemos sucesso.

Devido ao estabelecimento de novas práticas agrícolas e rearranjos sociais na região do baixo Acará, pessoas escravizadas foram importadas do continente africano, juntando-se aos indígenas, colonos e lavradores migrantes para suprir a demanda por mão de obra dos sesmeiros em seus

engenhos, engenhocas ou plantações de tabaco. Tal rearranjo ocorreu porque a administração colonial passou a vetar a utilização de mão de obra indígena para atuar em tais estabelecimentos, conforme mostra Marin (2000):

Em 1729, a Coroa proibiu a utilização de mão-de-obra indígena nos canaviais, engenhos e áreas de cultivo do tabaco e os cultivadores foram pressionados para adquirir o escravo de origem africana, introduzido, anos depois, pela Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão. (Marin 2000:9).

Nesse sentido, é possível perceber, como aponta Marin e Castro (2009), que os quilombos reuniam trabalhadores negros e indígenas que partilhavam ideias de liberdade, sendo, assim, não eram formados apenas por escravos negros fugitivos – forte crença que é reproduzida até os dias atuais. Toda essa questão da proximidade entre eles contribuiu ou para serem mais atingidos em virtude da conjuntura política ou favorecidos pela permanência por estarem mais integrados à economia do capital. Essas hipóteses fazem com que o historiador insista em encontrar materiais que ajudem a construir a trajetória de um quilombo e, dessa maneira, responder, minimamente, às suas especulações (Marin & Castro 2009).

A região do Acará, conforme aponta Marin (2000), destacou-se pelo grande número de escravos existentes, pelos quilombos formados nas

matas e pela participação histórica na revolução da Cabanagem<sup>1</sup>. Não obstante, ainda se encontram poucas referências de estudos sobre a história agrária do Pará, principalmente no que concerne a estudos mais recentes, visualizados pela autora. Podemos dizer que ainda há muito a ser descoberto e aprendido sobre uma história de muita dor, sofrimento, mas também de luta, resistência e contestação. A não passividade, a desobediência ao poder senhorial e a organização coletiva como estratégia e mecanismo de fuga faziam parte da vida de homens e mulheres escravizados. O domínio colonial era tão duro e cruel, que o desejo de fuga foi uma constante até às vésperas da abolição (Albuquerque 2006).

## 2.1 AS COMUNIDADES DE REMANESCENTES DE QUILOMBOS SANTA QUITÉRIA E ITACOÃZINHO, A PARTIR DAS NARRATIVAS DE ALGUNS MORADORES E DOCUMENTOS HISTÓRICOS

Para este trabalho, foram realizadas sete entrevistas com moradores das comunidades Santa Quitéria e Itacoãzinho no período correspondente

aos dias 20 a 27 de novembro do ano de 2019. Durante a pesquisa de campo, a partir do contato com os referidos moradores, algumas problemáticas foram elencadas a fim de investigar o processo histórico de vivência na região.

Nossas entrevistas<sup>2</sup> partiram de indagações a respeito das memórias mais antigas que nossos entrevistados tinham acerca da região, podendo terem sido captadas por eles ou contadas por pessoas conhecidas de gerações anteriores. Por meio dos relatos orais foram identificadas as principais problemáticas sentidas por um processo de vivência e recontadas por meio de suas próprias percepções e visões de mundo, no caso, os sujeitos da pesquisa, nossos interlocutores.

A partir dessas indagações vieram à tona alguns relatos sobre o processo de ocupação da região, seguido das lutas por titulação da terra e, por fim, de forma espontânea, algumas demandas históricas de lutas comunitárias, como a questão da saúde, da educação e as dificuldades de mobilidade geográfica. Em seguida, mostraremos alguns trechos dos relatos coletados, cujas narrativas subsidiam algumas análises históricas. Vale

1 A Cabanagem aconteceu entre os anos de 1835 e 1840, na Região Norte do país, na **provincia do Grão-Pará**, onde hoje estão localizados os estados do Pará, Amazonas, Amapá, Roraima e Rondônia e foi um dos conflitos populares mais intensos ocorridos no período regencial.

2 Houve consentimento registrado mediante assinatura do termo de consentimento pelos interlocutores sobre a divulgação de imagens e dados. Os referidos termos encontram-se em anexo na versão expandida deste relatório, armazenado na biblioteca do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em Belém.

ênfatar que todas as entrevistas foram delineadas a partir do que os interlocutores traziam de mais importante sobre a história da comunidade, sendo os principais agentes da pesquisa, responsáveis pela construção empírica sobre o que representa as comunidades de remanescentes de quilombos Santa Quitéria e Itacoãzinho para os seus moradores.

### 3 A LUTA PELA TITULAÇÃO DO TERRITÓRIO

Em abril de 2010, a Fundação Cultural Palmares, por meio da portaria n. 59, de 27 de abril, embasada pelas leis vigentes naquele período, registra e certifica as comunidades de remanescentes de quilombos Santa Quitéria e Itacoãzinho, situadas no município paraense de Acará, bem como outras comunidades com perfil semelhante, espalhadas por todo território nacional, como autodeclaradas remanescentes de quilombos (Brasil 2010).

No dia 17 de dezembro do mesmo ano, o título de reconhecimento de domínio coletivo do território foi concedido pelo Iterpa às comunidades Santa Quitéria e Itacoãzinho sob a responsabilidade jurídica da Associação de Moradores e Agricultores Remanescentes de Quilombos das Comunidades de Santa Quitéria e Itacoãzinho (Amarquisi) fundada em 2004, representada legalmente pelo senhor Clodoaldo Farias Maciel. A área dessas comunidades, juntas, possui pouco mais que 646 hectares, distribuída por aproximadamente

12.000m, na forma de um polígono irregular. Encontram-se situadas à margem direita do rio Moju, tendo como limites naturais os igarapés Irucuriteua e Maracujá, e como demais limites, a comunidade Genipaúba e duas propriedades fundiárias de pessoas físicas distintas (Iterpa 2010).

Em entrevista realizada com o senhor Clodoaldo Farias Maciel, 49 anos, importante liderança da região, ao ser indagado sobre a origem do nome de Santa Quitéria, ele relata:

Santa Quitéria é uma parte de Itacoãzinho que foi doada a uma portuguesa chamada: Etelvina. Ela era afilhada de um dos membros da família Guerreiro (escravocratas). Etelvina quando recebeu esse pedaço de terra, procurava dar um nome. Foi quando, na época visitando uma das igrejas da Cidade Velha em Belém, viu uma santa de Portugal com nome Santa Quitéria. Ela se agradou com a Santa e colocou o nome em seu pedaço de terra que havia ganhado (Entrevista realizada com Clodoaldo Maciel em 31/11/2019).

Clodoaldo, acessando as lembranças contadas por seus antepassados, foi relatando lembranças da infância sobre histórias que sua mãe contava acerca da sua avó, por exemplo, que viveu no período da escravidão. Os pais de Clodoaldo, que estavam próximos no momento da entrevista, relataram que sua família trabalhou muito no período da escravidão e recebeu muitas “pancadas”. Aliás, falar sobre esse tempo é algo difícil até hoje, pois

não gostavam de ouvir a mãe falar sobre esse assunto quando criança. Conseguir a titularidade da terra é algo que orgulha o pai de Clodoaldo, que afirma: “Meu filho batalhou muito pra conseguir isso... Até pra Brasília foi”.

Clodoaldo também ressaltou a região como sendo um ponto importante na produção da cana-de-açúcar e fazenda de olaria. Tal assertiva é evidenciada por meio da existência dos sítios envoltos na região em questão.

Faziam aquele açúcar moreno, era o mascavo né? E essa produção descia, passando de casa, ali direto pra beira do rio. Ela descia pelo um trilho até chegar na beira do rio. Até hoje essa passarela é chamada de trilho. Quando o japonês comprou esse terreno, a Santa Quitéria toda, já da Etelvina, uma senhora portuguesa que ganhou essa parte dos Guerreiros, era uma das afillhadas dos Guerreiros dos escravocratas, quando ela ganhou, ela colocou esse nome de Santa Quitéria. Então o japonês já comprou dela. Aí ele fez em cima desse trilho uma passarela de pedra pra ele passar com trator cheio de pimenta-do-reino pra lá. E hoje em dia em cima da passarela de pedra tem uma passarela de aterro, que foi a gente que já aterrou até à beira do rio, pr'a gente andar até hoje. Então, embaixo dessas duas passarelas, de pedra e aterro, tem um trilho. Um tempo atrás a gente tava limpando lá e ainda achou, ainda tá por lá uns pedaços de trilho... A gente pensa que é verdade mesmo, que era lá (Entrevista realizada com Clodoaldo Maciel em 20/11/2019).

Voltando ao processo de titulação da terra, ela se explica, muitas vezes, pela forma como os indivíduos se organizaram coletivamente e se mobilizaram diante da busca pelo domínio da

terra. A Amarquisi, por exemplo, serviu como importante instrumento para consolidar a titulação da terra.

[...] Aí quando a gente fundou a Associação (Amarquisi), a gente entrou logo com pedido de titulação de terra. Essa região nossa aqui a gente tava cercado de gente sem terra, como ainda tem por aí, tavam tudo querendo vim pra cá. Então a gente já tava ficando tudo espremido aqui. Aí a gente entrou pra fazer esse cinturão. Aí o governo na época da governadora Ana Júlia, em 2010, concedeu pr'a gente o título da terra definitivo (Entrevista realizada com Clodoaldo Maciel em 20/11/2019).

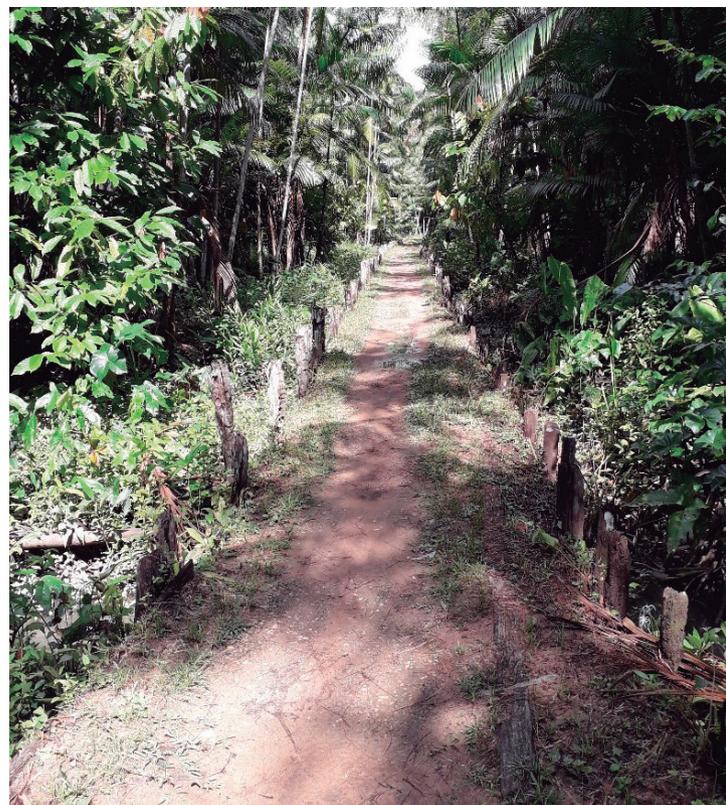


Figura 2 - Passarela situada na comunidade de Santa Quitéria citada por Clodoaldo Maciel.  
Foto: Inside Consultoria2020.

Segundo Marin e Castro (2009), órgãos como o Iterpa – de âmbito estadual – o Incra e a FCP – de âmbito federal – responsáveis pela política fundiária de comunidades de remanescentes de quilombos, acabam freando os processos de demarcação e titulação da terra por estarem, consideram as autoras, em posições pouco esclarecidas. Tanto no Incra como no Iterpa identificam-se com critérios e competências parâmetros distintos. Conforme explicam as autoras, o primeiro atua na titulação coletiva ou individual nas áreas que procedem ao acompanhamento dos projetos, já o segundo tende a se relacionar mais com a questão do uso e concessão de títulos coletivos.

Jéssica Trindade dos Santos, 28 anos, estudante do curso de Serviço Social, nascida e criada na localidade em estudo, passou um tempo morando com a mãe em Belém do Pará e retornou após ter casado. Atualmente, é bastante engajada nos assuntos referentes às comunidades e isso ficou bastante visível em sua fala. Sobre o processo de titulação da terra, Jéssica afirma não ter participado desse momento, pois tal fato ocorreu na época em que não estava morando na região. Quando chegou à comunidade disse que já estava tudo encaminhado. Entretanto, ao ser indagada sobre histórias que conhece a respeito da região, a interlocutora comenta:

“Olha, o que eu sei é o que minha vó e bisavó falaram pra mim... Eles não se originaram aqui, eles eram de outra comunidade, e quando eles ficaram sabendo que aqui tinha terra pra trabalhar, aí foi que eles se mudaram pra cá. Minha tataravó ainda chegou a morar na casa onde os escravos viviam, que era uma casa ali na calha... Aí ela disse que quando chegou pra cá ainda existia essa casa, ainda viviam, moraram lá ainda. Aí foi quando eles começaram a pagar aluguel aqui da terra, foi dividido em partes e começaram a pagar aluguel que era pra trabalhar aqui na terra, pros donos da terra, né? Aí foi quando com o tempo (eu ainda me alembro quando a vovó pagava esse aluguel) ... Aí com o tempo já foi titulado. Que aquele terreno que era alugado, a pessoa passasse a ser dona daquele terreno” (Entrevista realizada com Jéssica Trindade dos Santos em 23/11/2019).

Naquele momento, Jéssica havia comentado um fato importante sobre a região, que foi o período em que ocorreram cobranças de aluguel de lotes de terra. Tal situação foi lembrada também por outros moradores, como a senhora Raimunda da Conceição Trindade, de 71 anos. Nascida e criada na região, dona Raimunda afirmou que realmente naquela época havia a cobrança de mensalidade por pedaço da terra, porém não conseguiu recordar o momento em que acabou essa cobrança.

“Não, não lembro quando parou. Nós pagamos pra essa mulher que mora aí na beira, essa velhinha, sabe? (dona Dalilla, esposa de seu Urbano). Primeiro foi pro outro marido dela, pro pai das filhas. Nós pagava pra ele... Aí ela foi embora e quando voltou foi com esse. Aí nós passamos a pagar pra esse e quando foi, foi...Com o tempo

ele largou de mão. Ele que parece que não quis mais cobrar, eu acho... A gente pagava.” (Dona Raimunda, entrevistada em 23/11/2019).

Ao questionarmos sobre os períodos inicial e final das cobranças, nenhum dos entrevistados soube responder. As únicas evidências identificadas são alguns recibos guardados pela senhora Joana Rosário da Conceição, 70 anos. Dentre eles, encontramos o recibo mais antigo datado de 1945 e o mais recente de 1997, porém nem mesmo eles são parâmetros definidores de tais períodos, pois a entrevistada nos informou que há alguns anos ela queimou grande quantidade dos recibos que tinha guardado.

Clodoaldo compartilhou que, de acordo com os mais velhos, as famílias Guerreiro e dos “Guilhermos”, foram encarregadas de fazer essas cobranças dos aluguéis por um tempo, mas também essa função, segundo ele, passou por várias mãos: “Passou por um tio-avô nosso, que é um tio dele, pra fazer a cobrança, passou pelo seu Urbano, o Anísio e o Miranda...” (Entrevista realizada com Clodoaldo Maciel em 20/11/2019).

“Então, aqui pertencia, na antiguidade, eram duas famílias, a Guerreiro e

depois já passou pros Guilhermos, eles eram os escravocratas. Os mais perversos mesmo eram os Guerreiros, que maltratavam demais o pessoal que trabalhava. Aí passou-se os anos, isso foi até... Aí quando houve a abolição da escravidão, eles foram embora, não teve mais como seguir a produção – isso já falando da olaria em Itacoãzinho – a daqui já tinha falido, a da cana-de-açúcar, e na cabeça do trilho tinha mais outra olaria. Eles foram embora depois da escravidão, mas os escravos ficaram. Mas com uma outra condição, pagando aluguel pra morar e ficar. E cada um ficou no seu pedacinho. Pode ver que até hoje cada um vive no seu pedacinho. E foi passando de família em família, família em família, família em família... Até chegar em nós. Aí no caso, a gente não é quilombolas de escravo fugitivo, mas quilombolas num reduto de escravos abandonados. Nós fomos abandonados, nossos ancestrais foram abandonados, não tiveram pra onde ir e ficaram aí” (Entrevista realizada com Clodoaldo Maciel em 20/11/2019).

Durante entrevista com Maria Ocileia de Oliveira Freire, 53 anos, filha da dona Dalilla Sales de Oliveira,<sup>3</sup> que é viúva do senhor Urbano da Conceição Gaia, acessamos três importantes evidências históricas a respeito do período em que ocorriam as cobranças de aluguéis onde hoje se encontram as duas comunidades pesquisadas. A primeira, trata-se do termo de doação do terreno denominado Itacoan, de Luiz Francisco de Lima para sua ex-esposa Mariza Machado da Silva Lima

3 A senhora Dalilla Sales de Oliveira, 93 anos, tem perda visual e auditiva, saúde bem frágil e esteve impossibilitada de conceder entrevista, então, sua filha o fez no seu lugar. Essa senhora foi casada com o senhor Anísio e depois com o senhor Urbano, responsáveis por fazer as cobranças de aluguel da terra após os senhores de engenho terem ido embora da região, repassando o arrecadado para a senhora Maria Tereza Lima, já falecida, que morava em Belém.

Capucho, ambos residentes de Belém do Pará, em 5 de setembro de 1979. De acordo com Maria Ocileia, após o falecimento de Mariza Machado, o terreno foi herdado por sua filha Maria Tereza Lima, a qual permaneceu realizando as cobranças de aluguel do terreno até o seu falecimento na década de 1990.

A segunda evidência acessada são dois cadernos de controle de cobranças de aluguel guardados pela senhora Dalilla, pertencentes a Urbano da Conceição Gaia – o seu Urbano. De acordo, com Maria Ocileia, Urbano saía nas primeiras horas da manhã, ainda na escuridão da noite, de canoa para dar conta de realizar todas as cobranças de aluguel durante o tempo em que ele realizou esta tarefa. Nos seus cadernos de controle de cobrança, identificamos como períodos inicial e final, os meses de novembro de 1983 e setembro de 1995.

#### 4 SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA

Ao abordarem sobre o funcionamento do sistema de saúde na região, os moradores foram enfáticos ao responderem sobre as dificuldades e precariedades observadas ao longo do tempo sejam antes ou depois do processo de titulação da terra. Esse problema foi enfatizado praticamente por todos os entrevistados na pesquisa. A respeito das condições de acesso à saúde na região, Maria Ocileia de Oliveira Freire, relatou que:

“[...] A questão da saúde, é que não tem médico pr’a gente. A gente tem que ir pra Belém, ir à Boa Vista (comunidade ribeirinha situada na região) ... Uma dificuldade pra chegar lá. Olha a minha mãe... A minha mãe tem uma dificuldade agora, né? Aí tem que levar pra Belém e tudo isso é dificuldade pra levar por aqui, né? Aí a gente tem que esperar a maré chegar aqui, pr’a gente ver um barco pra buscar ela aqui.” (Entrevista realizada com Maria Ocileia de Oliveira Freire em 20/11/2019).

A respeito de possíveis mudanças no sistema de saúde após a titulação da terra, Maria Ocileia continua:

“[...] Acho que era a mesma coisa. Não tem médico, não tem remédio, não tem nada, né? Aí a gente tem que correr pra Belém, aí a gente se rasga pra lá. Sabe como é, saúde... Aí quando chega em Belém uma vaga lá um sacrifício... Passar o dia todo, né? [...] Bom, aqui perto no Boa Vista tem um posto de saúde, mas é mesmo que nada, porque não tem médico (risos). Só tem uma menina que trabalha, mas não tem nada” (Entrevista realizada com Maria Ocileia de Oliveira Freire em 20/11/2019).

Apesar de não ter havido grandes avanços na área da saúde após o processo de titulação da terra, ocorreram significativas mudanças no que tange, principalmente, ao fornecimento de energia elétrica às comunidades, que até então tinham um acesso precário por meio do uso de geradores domésticos a gasolina. Nesse sentido, o processo de titulação do território contribuiu bastante para o desenvolvimento e crescimento da qualidade de

vida dos moradores, assim pontua a entrevistada

Maria Ocileia:

“[...] Melhorou. Melhorou bastante. Hoje a gente tem a luz, a luz que a gente tem aqui dentro de casa, que é uma luz muito boa que serve pra nós. Aí economizou pra gente, porque a gente comprava querosene, aí tinha um motorzinho de gasolina que a gente puxava, a gente pagava caro...[...]. Água também. Foi muito bom, graças a Deus, dentro de casa. Que a gente carregava ali. Passava o dia inteiro pra carregar pra casa, pr’a gente tomar água. Tudo isso após a titulação da terra. Faz mais de três anos que chegou a energia aqui.” (Entrevista realizada com Maria Ocileia de Oliveira Freire em 20/11/2019).

Clodoaldo Maciel compartilhou conosco sobre a falta de posto de saúde nas comunidades, tanto em Itacoãzinho como em Santa Quitéria, e como alternativa grande parte dos moradores se desloca até a comunidade ribeirinha de Boa Vista do Acará e para Belém do Pará para se consultar e fazer exames, sendo o deslocamento mais dificultado ainda no período de chuvas, em que as condições de acesso por vias terrestres ficam piores, tornando-se quase intrafegáveis.

“[...] No momento o que eu gostaria que melhorasse mesmo é essa questão de saúde, porque a gente batalha mesmo pra ter pelo menos um postozinho aqui que atendesse pelo menos duas vezes, uma vez na semana. Porque todo dia o pessoal vai pra Boa Vista. É muito ruim no período de chuva, cara, aqui pra gente enfrentar esse ramal com chuva e com gente doente. Vai pro

posto de Boa Vista e chega lá não tem médico. Aí a gente prefere hoje em dia chamar o barco e levar pra Belém. Então, o que a gente queria mesmo que melhorasse era essa questão da saúde, que tivesse posto, mas tivesse médico também pra atender. A outra coisa que a gente quer que melhore aqui também é a questão do acesso nosso ao ramal e trapiche nas comunidades que o prefeito não olha. Entra ano e sai ano e eles não melhoram essa parte aí dos trapiches e dos acessos de ramal. A prefeita fala pra gente que é muito difícil, que o recurso da prefeitura é muito pouco pra fazer pra cá, que é muito caro. Toda vez que a gente faz reunião com ela, ela fala essa questão, que pra fazer ramal é muito caro e a prefeitura não tem dinheiro. Tanto é que a gente anda por aí e a gente não vê trapiche em pé. O nosso ainda existe aqui devido a força da comunidade mesmo. Faz coleta, derruba árvore, coloca lâmpada e assim vai levando” (Entrevista realizada com Clodoaldo Maciel em 20/11/2019).

A precariedade no sistema de saúde e a notória falta de acessibilidade existente na região, acentuada pela falta de interesse do investimento público em desenvolver melhoras no local, são fatores sociais e históricos, que juntos se constituem como as grandes dificuldades encontradas pelos moradores das comunidades remanescentes de quilombos Santa Quitéria e Itacoãzinho. Não obstante, durante os relatos, é unânime o gostar de morar na região: “Nós dorme tranquilo aqui, graças a Deus. Não tem aquela agonia aqui. Até agora não tem mais visagem (assombrações), graças a Deus (risos)” (Maria Ocileia).

Seu Esmaelino Pinheiro dos Santos, 86 anos, morador antigo da região, comentou que quando seus pais trabalhavam na região, a vida era muito dura, às vezes, mesmo trabalhando não conseguiam dinheiro para subsistência e viviam numa pobreza extrema. Reafirma o quão melhorou a vida se comparada a antigamente:

“[...] Meus filhos tudinho foram criados aqui. A vida aqui era uma pobreza muito ruim [...], a gente trabalhava muito e passava muito ruim. Hoje em dia não, não tem quase ninguém pobre.” (Entrevista realizada com Esmaelino Pinheiro dos Santos em 22/11/2019).

Nesse sentido, de acordo com a fala do senhor Esmaelino, é possível visualizar que mesmo com as dificuldades encontradas na região de Santa Quitéria e Itacoãzinho, a vida, atualmente, é melhor do que nos tempos antigos. Pode-se dizer que o processo de titulação da terra contribuiu veementemente para a mudança das condições de vida da população e, conseqüentemente, no desenvolvimento do território, apesar de que ainda há muito o que ser feito.

## 5 EDUCAÇÃO E ENGAJAMENTO POLÍTICO

Segundo Clodoaldo, até o momento desta pesquisa, existiam 96 famílias residindo em Santa Quitéria e Itacoãzinho e duas escolas atendendo crianças e jovens nessas comunidades. No que

se refere aos jovens darem prosseguimento aos estudos, a interlocutora Jéssica Trindade dos Santos, 28 anos, estudante da UFPA, bastante engajada nos assuntos políticos referentes às comunidades, comentou que em muitos deles ainda falta o interesse em conhecer mais sobre onde moram, sobre as suas origens. Porém, aponta que a realidade aos poucos está mudando em virtude do processo seletivo especial para ingresso na instituição, que, atualmente, exige dos estudantes o conhecimento sobre sua comunidade ao serem avaliados por meio de uma redação e de uma entrevista:

“[...] Olha, eu mesma não tinha muito interesse. Eu comecei a ter interesse justamente quando entrei na Universidade. Antes de eu entrar na universidade, eu comecei a participar da associação né? Como moradora daqui tinha que ser associada, a minha avó me deu um pedaço de terra pra eu fazer minha casa, aí eu vim pra cá. Aí eu fiz a minha casa e tive que me associar na associação. Foi quando eu comecei a participar das reuniões, aí me colocaram como secretária... Aí quando eu voltei, me formei na universidade, foi que eu fui me aprofundar na história e vi o quanto significante é tudo isso, porque eu conheço tudo aqui na região, mas não tinha essa visão de o quanto era importante conhecer e saber do que tinha acontecido por aqui. Aí depois disso eu comecei a procurar conversar com meus avós, bisavós, saber das histórias... Foi quando eu passei a ter conhecimento que eu vi o quanto tem que lutar pra que isso aqui não morra, que a cultura não morra. Que a gente continue repassando pras outras gerações para que não morra, mas tenha uma continuidade, pras crianças,

adolescentes... Quando eu entrei na universidade tinham apenas três pessoas daqui na universidade. Aí no ano que eu entrei, entraram quatro. Eu e mais três colegas. Em 2018 já foram 17 pessoas que passaram. A gente começou a ter diálogo com os jovens, a incentivar eles... Se a gente conseguiu, eles também podiam conseguir. Foi que eles começaram a ter interesse, porque os jovens não tinham muito interesse... Terminavam ensino médio e paravam por ali. Aqui de Itacoãzinho e Santa Quitéria. De 2018 pra 2019 passaram 14 pessoas daqui (Entrevista realizada com Jéssica Santos em 23/11/2019).

Jéssica ressalta em vários momentos a importância de os jovens conhecerem seus direitos, de terem também conhecimento sobre suas próprias vivências e histórias. Ela se mostrou, também, bastante engajada e crítica em relação aos assuntos que atingem a comunidade, a exemplo da realização de grandes projetos e empreendimento que afetam diretamente o cotidiano dos moradores.

“[...] Olha, eu não sou de acordo que venham os grandes projetos pra cá. Eu não vejo como desenvolvimento, eu vejo como uma forma de silenciamento. Vai ter impactos e eu acredito que mais negativos do que positivos. Algumas pessoas da comunidade acreditam que esse projeto, empreendimento, seja pra desenvolver a comunidade. Que vai desenvolver a comunidade e ter alguns avanços, vai sim. Mas também vai ter muitos impactos negativos. Leito de rios, nossa cultura... o próprio dia adia. Muita gente acha isso aqui muito pacato, mas eu não consigo passar mais de um mês fora daqui. No caso, o pacato pra gente é positivo. É tranquilo, a gente tem segurança, mas tem gente que acha que aqui é muito parado... Eu não sou de acordo que venham esses grandes projetos porque eu acho que vai destruir nossa cultura, nossa comunidade.” (Entrevista realizada com Jéssica Santos em 23/11/2019).

Nesse sentido, o direito a uma educação digna e de qualidade também requer a assunção de uma postura crítica e não conivente com tudo o que envolve direta ou indiretamente a comunidade. Educar e ser educado é ir além. É opinar, é construir, é refletir, é indagar. Desenvolver um comportamento incisivo e que leve em consideração o bem-estar coletivo é algo que as novas lideranças locais almejam para que as comunidades não sofram influências negativas de obras realizadas sem consentimento e aval da população. O diálogo com as comunidades deve ser priorizado em consonância com a satisfação dos interesses de ambos os lados, tanto do investidor como do entrevistado, sempre pensando na preservação dos modos de vida dos moradores da região e da ética em ouvi-los considerando seus pontos de vista e cultura local.

## 6 O IMAGINÁRIO POPULAR

Sabe-se que tanto na região do baixo Acará como em outras localidades da Amazônia, é muito comum o conto de histórias sobre visagens e assombrações vistas pelos moradores e reproduzidas por meio de seus ancestrais, considerado muito presente no imaginário popular. Essas histórias trazem elementos peculiares que identificam a mentalidade dos sujeitos e combinam significados variados sobre as representações sociais que os indivíduos constroem acerca do

seu território.

Nas comunidades de Santa Quitéria e Itacoãzinho não é diferente. Os interlocutores trouxeram histórias contadas e recontadas por seus antepassados e que mostram muito acerca do pensamento e das experiências vividas e sentidas pelos moradores, consubstanciando as percepções dos sujeitos no processo de vivência e herdadas do período escravocrata na região marcado pelo cultivo da cana-de-açúcar e produção de produtos derivados dela em engenhos e engenhocas. As ruínas desses empreendimentos configuram a paisagem de várias localidades da região e são constantemente (re)significadas pelos moradores locais. Essas evidências arqueológicas não podem passar despercebidas aos olhares e registros de antropólogos, conforme enfatiza Schaan (2014). A respeito das histórias do passado, a entrevistada Jéssica comenta:

“[...] A gente tava até conversando sobre isso... Olha, eu conheço muitas histórias (risos). Eu não presenciei muito, mas o que me contam, graças a Deus né? Que eu ando sozinha tudo isso aqui à noite (risos). A gente tava conversando um dia desses sobre isso, aí um contou história aqui, outro ali... Aí foi falado lá que no Jenipaúba, uma comunidade aqui próxima, que eles foram fazer uma escavação pra criação de peixe. Só que quando eles começaram, cavaram até uma certa parte do barro, começou a sair um líquido com odor de sangue e a cor de sangue. Eu só sei que o seu Caboclo, avô dele, sabe quem é? Ele mandou parar porque não era pra ter mexido sem pedir permissão, porque a gente acredita aqui que tudo tem dono, tem mãe, tem pai. Aí foi que eles contaram

essa história e eu tava falando com o meu pai, né? Meu pai todo mundo aqui vê que ele sai daqui pra ir nos igarapés pra pescar e quando ele vai sempre vem com bastante peixe. Aí, um dia, um tio meu perguntou: ‘Sim, Chico, eu fui pescar e não peguei nenhum peixe. Como é que tu vai, pega e traz tudo isso?’. Aí ele disse: ‘É... porque vocês já chegam metendo logo a mão e não pode, tem que pedir permissão antes’... E tem muitas histórias, de matintaperera, já teve história de lobisomem – que não chegaram a ver, mas sentiram uma coisa grande antes de ter essa escola aqui, que era uma área bem fechada aqui, tudo escuro. À noite era bem perigoso andar por aqui, todo mundo via tudo. Eu nunca vi, mas muita gente via (risos). Tem muita história dos meus tios, do meu pai, dos meus avós... Eles contam. Agora já não tem tanto. Eu acredito que exista matintaperera porque a gente escuta o assovio. A gente escuta e não vê ninguém. Alguma coisa tem, né? (risos). E antigamente, logo quando o pessoal começou a morar aqui, havia muita história de grito. Grito de sofrimento mesmo porque a área aqui era uma área de muito sofrimento. Os escravos foram muito maltratados aqui, tem muito sangue aqui nessa área (Entrevista realizada com Jéssica Santos em 23/11/2019 23/11/2019).

São histórias da matintaperera, do lobisomem, do pega-bunda etc. recontadas pelos moradores, presentes no imaginário social, que plasmeiam visões de mundo e condicionam os estilos de vida, reforçando os sentidos na comunidade. Dona Joana Rosário da Conceição, 70 anos, comenta: “[...] Que me contaram da matintaperera, né? Foi antes do finados... Eu ouvi. Que ela dá dois apitos e depois diz matintaperera... Dizem que é gente que já morreu (Entrevista com Joana Rosário da Conceição em 23/11/2019). E dando continuidade, Clodoaldo confirma:



Figura 3 - Ruínas do Engenho Itacoan.  
Foto: Inside Consultoria 2020.

“[...] Tem muita, muita história de visagem aqui. Olha, quando não era ramal isso aqui só tinha um caminho. Aqui de noite o meu avô, o pai dele, escutava toda noite uns passando puxando lata no caminho... E todo dia passava um bicho, era tipo uma assombração, todo dia ele passava aí. Passavam gritando parece gente... Fora as matintaperera, né?... As matintaperera era toda noite mesmo porque ela morava por aqui, hoje em dia acho que faleceram um bocado delas. Mas ainda temos por aí, em Santa Maria ainda tem... Pois é, mas não era toda noite que a gente podia andar sozinho.” (Entrevista realizada com Clodoaldo Maciel em 20/11/2019).

Em Santa Quitéria e Itacoãzinho, muitas histórias relacionadas às visagens e assombrações surgiram do tempo da escravidão, período em

que houve muita dor e sofrimento sentidos pelas pessoas negras escravizadas, traduzidas nas crenças de que muitas delas não conseguiram se libertar do plano terrestre, permanecendo aqui como “almas penadas”. Seu Esmaelino Pinheiro dos Santos, ao ser indagado se conhecia alguma história sobre visagens e assombrações, compartilhou o seguinte:

“[...] Era um pobre que tinha na beira do caminho chamavam ‘pega-bunda’. Aí quando o cara passava seis da tarde, ele dava na bunda dele. Aí o cara levantava, rasgava e ele ficava lá. Aí foi, foi... Mas apanhava muita gente... E era verdade isso. Se eu viesse seis horas de casa davam porrada na gente. Diz que era preto da escravidão... Mataram ele

lá e ele fazia visagem lá. E lá aparecia, era um pretão, aí dava palmada no cara e quando ele olhava pra trás, olha o pretão que tinha (risos)... Aí o cara corria. Aí ele ficava no esteio onde era pra fazer a casa lá, e esses preto ficava pra carregar um esteio daquele, já pensou? Um esteio daquele que dava nove flecha. Como é que o cristão ia carregar? E eles carregavam... Aí quando foi um dia, ele não conseguiu e o esteio caiu em cima dele e matou ele. Aí ficou fazendo visagem. (Entrevista com Esmaelino Pinheiro dos Santos em 22/11/2019).

Ao questionarmos com o senhor Manoel João da Conceição dos Santos – o seu Caboco, de 92 anos, morador da região há 42 anos, se ele lembrava de histórias antigas que contavam da região, ele nos respondeu o seguinte:

“[...] (risos) Tinha... De visagem tinha. Não tem aquela puxadeira ali? Pois é... Lá o caminho não era muito fácil, a gente passava por dentro. Chegava lá o pau comia. Atrapalhava e não sabia de quem. Aí levantava e ia embora. Aí foi, foi... Foi o tempo que abriram mais o caminho. Aí quando foi uma vez, o meu genro passou lá e viu uma mulher encostada. Uma mulher tava encostada lá no (“uxizeiro” – embaixo da castanheira).

[...] Escutava comentário sim (tempo da escravidão). Quando dava duas horas da madrugada dava barulho de pé e ia embora até lá na mangueira. Quando era umas quatro horas da madrugada voltava de novo, aí passava pra aí... Mas nesse tempo naquela casa de Itacoãzinho, foram lá?

Pois é... Matavam muito por lá. Preto nesse tempo não tinha regalia... Matavam, enterravam por lá. Quando chegamos ainda tinha metade daquela casa-grande lá. (Entrevista com Manoel João da Conceição dos Santos em 21/11/2019).

Diante das narrativas compartilhadas pelos moradores da comunidade e da relação entre seres vivos e seres imaginados, percebe-se que as pessoas que vivem na localidade acreditam nessas histórias, vivenciam essas crenças em seus cotidianos e ratificam construções sociais que direcionam suas trajetórias, individuais e coletivas, preenchendo suas vivências por meio da reprodução desses modos de pensamento.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As narrativas dos entrevistados aqui apresentadas mostram que as suas trajetórias de vida e de seus antepassados sempre foram atravessadas por muita luta e resistência frente ao controle colonial. E, apesar de ser unânime nas falas, a ênfase na qualidade de vida local, é evidente o descaso estatal em relação a serviços básicos de saúde, saneamento e malha viária nas duas comunidades.

Pudemos notar, também, com base em alguns trechos de entrevistas apresentados, que os sujeitos desta pesquisa não estão dispostos a aceitar qualquer modelo de desenvolvimento imposto

por grandes projetos previstos para a região. O que consideramos um ponto bastante favorável no que tange ao processo político de afirmação deste grupo.

Sendo assim, ante o curto prazo que tivemos para a realização da pesquisa, é consenso nosso, enquanto pesquisadores, o desejo de que este trabalho sensibilize a realização de outras

pesquisas na região com a finalidade de estimular o debate acerca do que mais aflige os moradores das comunidades locais, fomentando discussões e corroborando para a não invisibilidade dessa população ao pensar em políticas públicas de planejamento coparticipativo, cujo respeito aos seus modos de vida seja a premissa básica para a construção de qualquer atividade.

## REFERÊNCIAS

- Albuquerque, W. R. D. 2006. *Uma história do negro no Brasil*. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais; Brasília: Fundação Cultural Palmares.
- Angelo-Menezes, M. N. 2010. Cartas de datas de sesmarias – Uma leitura dos componentes mão-de-obra e sistema agroextrativista do Vale do Tocantins colonial. *Papers do NAEA* 51.
- Andrade, L., G. Treccani. 2000. *Terras de quilombo: direito agrário brasileiro hoje*. São Paulo: Editora LTr. pp. 52-67.
- Brasil. Fundação Cultural Palmares. 2010. *Portaria n. 59, de 27 de abril de 2010*. Brasília, DF.
- Cardoso de Oliveira, R. 2000. *O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir e escrever*. 2. ed. São Paulo: Editora UNESP; Brasília: Paralelo 15.
- Carneiro, E. 1958. *O quilombo dos Palmares*. São Paulo: Companhia de Letras.
- Iterpa. 2010. *Titulo de reconhecimento de domínio coletivo das comunidades quilombolas de Santa Quitéria e Itacoãzinho – Acará –Pará*. Belém: ITERPA.
- Iterpa. 2010. *Coleção Iterpa Sesmarias*. Belém: ITERPA.
- Leite, I. B. 2000. Os quilombos no Brasil: questões conceituais e normativas. *Etnográfica* 4 (2): 333-354.
- Marin, R. E. A. 2000. Camponeses, donos de engenhos e escravos na região do Acará nos séculos XVIII e XIX. *Papers do Naea* 153:1-26.
- Marin, R. E. A, E.M.R. Castro. 2009. Mobilização política de comunidades negras rurais: domínio de um conhecimento axiológico. *Novos Cadernos NAEA* 2 (2).
- Movimento regional por la tierra. Disponível em: <https://porlatierra.org/documentos>. Acesso em: 23 dez. 2020.
- O'Dwyer, E. C. 2010. *O papel social do antropólogo: aplicação do fazer antropológico e do conhecimento disciplinar nos debates públicos do Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Editora E-papers.
- Portelli, A. 1997. Forma e significação na história oral. A pesquisa como um experimento de igualdade. *Projeto História* 14:7-24.
- Schaan, D. P. 2014. Arqueologia para etnólogos: colaborações entre Arqueologia e Antropologia na Amazônia. *Anuário Antropológico* 2: 13-46.
- Thompson, P. 1998a. *A voz do passado*. São Paulo: Paz e Terra.

